

Empresários já admitem até o

**Hugo Marques e
Sandro Silveira**

A preocupação de que a simples votação de um pedido de impeachment do presidente Fernando Collor pode desagregar a economia está levando empresários de todo o País a buscarem fórmulas de se atravessar este momento crítico. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já admite até a prefixação temporária de preços e salários, para evitar reajustes preventivos, formação de estoques especulativos e corrida aos ativos de risco.

A tensão no meio empresarial já é grande, pois existe o temor de que todos os setores da economia sejam prejudicados com os reflexos da crise política. O presidente da Federação das Indústrias de Brasília, Antônio Fábio Ribeiro, que também é diretor da CNI e do Sebrae, diz que é necessária a união de todos os setores da so-

ciedade para que o País ultrapasse este "momento de turbulência".

Antônio Fábio diz que a idéia em discussão entre os empresários é um "acordo nacional", onde entraria também um congelamento temporário de preços e salários. "A prefixação seria um produto a ser discutido", afirmou. O importante, disse ele, é que "a economia passe ao largo desta crise" de cunho político.

Aceitação — O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Roberto Macedo, disse a este jornal que ainda não tem conhecimento das propostas em andamento na CNI, mas que desejaría conhecê-las. Ele admite que a crise política tem "contaminado a economia" e que é necessário buscar mecanismos de controle da inflação.

Mas a aceitação destas propos-

tas pelo Governo, diz Antônio Fábio, não vai ser muito difícil se houver um acordo firmado entre todos os setores interessados. Os empresários que têm participado das reuniões da CNI acreditam que o próprio Governo apoiará de imediato estas idéias, quando a crise política se aprofundar mais.

O diretor da CNI diz que a crise política já está afetando "bastante" a economia. Se a proposta de impeachment for levada ao Congresso, acredita ele, o risco de desagregação da economia é muito grande. Os empresários não querem correr o risco da economia voltar a se comportar igual ao final do governo José Sarney, quando a inflação já ultrapassava os 80 por cento ao mês. Desta vez o "acordo" seria feito por um período determinado, somente para evitar nova explosão inflacionária.

CORREIO BRAZILIENSE

congelamento